

HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL¹

De 1964 aos nossos dias

O golpe militar de 1964 colocou às escuras os movimentos sociais e grevistas que tiveram grande atuação no período 1959/1963. As fortes repressões não permitiram que entre 1964 e 1977 houvesse praticamente nenhuma greve ou outras formas quaisquer de manifestação.

Os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram, desde a instauração da ditadura militar no Brasil em 1964, uma forte repressão às organizações que lutavam contra as políticas salariais que arrochavam o poder de compra e as condições de vida de toda a classe. O governo ditador procurou atacar as cúpulas dos sindicatos realizando intervenções nas organizações, desmantelando as estruturas já construídas anteriormente e impedindo qualquer tipo de articulação dos operários que intuísse a formação de um grupo opositor organizado.

Mas, mesmo sobre forte pressão os trabalhadores e trabalhadoras se organizam e realizam, em 1967, a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, marcando posição contrária à política de arrocho salarial e buscando construir junto aos operários as comissões sindicais de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, mesmo com a manifestação contrária de alguns grupos de trabalhadores e trabalhadoras que paralisavam isoladamente algumas fábricas afrontando e contestando a política econômica do governo militar ditador, a luta sindical perdurou durante um grande período do pós-64 sem atingir plenamente os seus objetivos.

O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em sindicatos ainda conseguiu causar grandes problemas para os ditadores em 1968, sobretudo, com a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Belgo Mineira em Contagem-MG, e com os metalúrgicos de Osasco que, com um forte sindicato, desempenharam um papel importante na organização das ações dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹ Cartilha de Formação CNTE. Jones Dori Goettert

As ações do governo também se tornavam duras em relação a qualquer manifestação ou postura de contestação, por mais “irrelevantes” que fossem. Em 1969, o Ministro Jarbas Passarinho através de um decreto intervém em vários sindicatos, afastando os seus dirigentes que, em sua opinião, não conseguiram disciplinar as entidades com a ordem social vigente².

Essa situação de perseguição de lideranças e de intervenção nas entidades por parte do governo ditatorial continuou, mas sem eliminar totalmente o “germe” da subversão que se manteria vivo e crescente até o final dos anos 70, quando as manifestações ganham as ruas e o interior das fábricas.

Por outro lado, é importante registrar o papel que a União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou nesse período. A UNE, fundada em 1937, tem logicamente desempenhado um papel importante na história política nacional. Em vários momentos dessa história, principalmente num passado recente, firmou-se como uma entidade de força política na coordenação das mobilizações e ações dos estudantes.

No período pós-60, em que o país viveu um momento político e econômico conturbado, com a manifestação constante do operariado e com a insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais exigindo reforma agrária, a UNE procurava demarcar as suas posições ideológicas considerando, é claro, a diversidade interna dos grupos que a compunham, mas comungando com os ideais de transformação social (o que pouco tempo depois colocaria a entidade na mira dos ditadores).

Apesar das suas várias tendências internas, que claramente se posicionavam contrárias ao regime ditatorial militar imposto em 1964, e mesmo sendo formada em grande parte por estudantes de classe média, um pouco distantes da dura realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras, a UNE se uniu aos demais opositoristas à ditadura (como o PCB, PSB, PTB, FPN, Confederação Geral dos trabalhadores e trabalhadoras e as Ligas Camponesas), trilhando em conjunto o caminho da luta pela redemocratização.

A posição da UNE frente ao governo continuou sendo a de desaprovação, organizando manifestações e sofrendo uma violenta repressão como resposta, que procurava

² Cf. SANTANA, 2001.

remodelar e enquadrar o movimento estudantil na “nova ordem social” ditada pelos militares³.

A perseguição e repressão sobre os estudantes, sindicalistas, trabalhadores e trabalhadoras e intelectuais, acentuou-se drasticamente com o Ato Institucional número 5, o AI – 5, de 1968.

O AI-5 anulou o Estado de Direito no Brasil firmando um governo de direita autoritário. Suas práticas, agora, estavam institucionalizadas; práticas de repressão política contra todos aqueles que pudessem ser enquadrados ou que se caracterizassem minimamente como subversivos, como inimigos da ordem estabelecida. Uma ordem que não trouxe para a maior parte da população, e claramente para a grande parte da classe trabalhadora, nenhuma melhora em suas condições de vida⁴.

Ao fechar o Congresso e instituir um bi-partidarismo que forjava uma falsa idéia de democracia com o MDB como “oposição” consentida à ARENA, partido do governo, a ditadura militar demonstrava ainda mais sua truculência e arbitrariedade. Já para os militantes de esquerda envolvidos em ações políticas, manifestações e organizações contrárias à ditadura, o AI - 5 instaurou a prisão arbitrária, a violência sem limites, à tortura e, em diversos casos, o assassinato.

Mas, mesmo durante esse período vários sindicatos tentaram, mesmo que timidamente, orientar as bases para continuar reivindicando e se contrapondo às políticas de arrocho salarial, através da organização no “chão das fabricas” fazer frente ao processo de controle sobre o aumento de salários baseado no AI-5.

As greves começaram a ressurgir no ano de 1978, quando os trabalhadores e trabalhadoras, já no máximo de sua condição de exploração e percebendo o momento político favorável, começam a se manifestar e a exigir melhorias no salário que possibilitassem a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Essas manifestações aconteciam e continuaram seguindo esta lógica durante algum tempo, nos momentos de negociação de salários (a data base de cada categoria), que passou a ser o momento mais

³ Cf. SANFELICE, 1986.

⁴ Cf. SEGAL, 2001.

propício para o enfrentamento político, que também procurava abarcar outras questões, além das salariais.

As greves passaram a ter um crescimento anual considerável, envolvendo cada vez mais categorias de trabalhadores e trabalhadoras e tendo à frente os operários das fábricas produtoras de automóveis, os metalúrgicos. Nascia o “novo sindicalismo”. A partir de 1978, constitui-se um amplo movimento social de massas, de democratização interna, de inserção no processo de luta da democracia, de confronto com os limites impostos pelo autoritarismo no Brasil ao pleno exercício da cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras. O “novo sindicalismo” extrapolava, portanto, “o terreno de suas funções sindicais, e redefiniu-se em face do conjunto de agentes que, no Brasil, lutam pela democracia: fala-se hoje, abertamente, que os trabalhadores e trabalhadoras são a espinha dorsal do movimento democrático brasileiro”, porque sem eles qualquer “abertura” ou “liberalização” apenas reconstruiria o círculo vicioso da crise do regime autoritário⁵.

As manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras que se avolumam no final da década de 70, e que tem o ABC paulista como palco inicial, estão ligadas não só à resistência política contra a ditadura, mas também se contrapõem às investidas político-econômicas do capital que arrojavam os salários e aumentavam a exploração do trabalho.

O acontecimento primeiro desse período de grande movimentação foi à greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Saab-Scania, com início em 12 de maio de 1978. Os operários enfatizavam que a empresa não havia cumprido o acordo de readmissão de trabalhadores e trabalhadoras dispensados em protestos anteriores, em 1977. O movimento alastrou-se extrapolando o ABC e chegando a outros municípios como São Paulo e Osasco, acabando por atingir outros setores da economia, mesmo com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de considerar a greve ilegal.

Estas manifestações continuariam crescendo durante o ano de 1979, de forma a aumentar a participação e a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras na política nacional. Com a greve iniciada em 1978 o movimento expande-se e ganha força em outros estados brasileiros, alcançando Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

⁵ MOISÉS, 1982, p. 31.

Contudo, é em seu “centro nervoso”, o ABC paulista, que o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras assume outros patamares, indo além das questões trabalhistas dos primeiros movimentos e estabelecendo a bandeira da democratização política do país⁶.

No início de março de 1979, os trabalhadores e trabalhadoras do ABC entram em greve: são por volta de cinquenta mil trabalhadores e trabalhadoras parados. A greve estende-se para o interior e o governo a declara ilegal; mesmo assim os trabalhadores e trabalhadoras mantêm a posição e conseguem novas adesões ao movimento que se espalha para o interior, e em alguns dias são mais de 170 mil trabalhadores e trabalhadoras parados. Com o passar de dias de greve o Ministério do Trabalho resolve intervir na negociação, elaborando propostas que não convencem os trabalhadores e trabalhadoras. O governo, então, declara a intervenção nos sindicatos e deflagra uma série de confrontos em praça pública entre trabalhadores e trabalhadoras e policiais. O movimento continua até o dia 27 de março quando os trabalhadores e trabalhadoras resolvem aceitar a proposta feita pelo patronato, que estabelecia o prazo de 45 dias para negociação de um piso satisfatório.

A insubordinação dos sindicatos e o crescimento do movimento grevista, que continua nos anos 80 do século XX, tiveram então como grande elemento aglutinador da classe trabalhadora a questão salarial. A inflação crescente combinadas ao baixo rendimento dos salários deteriorava as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que viam o seu poder de compra diminuído a cada mês. É nesse momento de *agitação* e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras que surgem a Central Única dos trabalhadores e trabalhadoras - CUT e o Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras - PT, sinalizando para uma nova forma de sindicalismo.

O PT surge como instrumento necessário de organização e de luta dos trabalhadores e trabalhadoras na política nacional; contudo, sempre articulado a outras formas de luta organizada como os sindicatos e demais associações populares, sendo a participação dos sindicalistas o elemento fundamental para a formação e a caracterização do partido. Segundo Ozai da Silva (2000), essa afirmação pode ser feita com base na análise da formação da primeira Comissão Nacional Provisória, de 1979, que era composta por 12 dirigentes sindicais, dos 16 membros que a compunham.

⁶ Cf. SANTANA, 2001.

O contexto de formação do Partido dos Trabalhadores, no começo dos anos 80, tem como pano de fundo o crescimento dos movimentos sociais organizados no Brasil e as intensas lutas dos operários do ABC paulista, que colocavam em questão o regime de governo autoritário dos militares. O PT levanta bandeiras que extrapolavam as questões salariais e que visavam transformações políticas e sociais bastante profundas, demarcando fortemente nesse período uma tendência ideológica socialista, que se baseava de forma clara em um projeto político anticapitalista.

Será, em especial, esta a tendência do PT: a busca da democracia plena exercida pela massa organizada e participativa, que tem gravado em seu manifesto de fundação as idéias básicas de um projeto que visa à construção de *uma sociedade igualitária, sem explorados nem exploradores*⁷.

Já a CUT - Central Única dos Trabalhadores, criada em 1983, ainda no regime militar, aglutinava as correntes sindicais mais ativas, fazendo frente às políticas de degradação das condições de vida da classe trabalhadora, estabelecendo-se nesse período como uma importante organização política e social e fazendo frente de forte oposição ao governo Figueiredo e depois ao governo Sarney. A CUT tornou-se o inimigo número um das políticas governistas e se firmava como a Central que aglutina o maior número de entidades filiadas.

A ascensão da CUT, nos anos 80, assim como o crescimento do PT, na esfera da política institucional, é impulsionada pelo momento histórico-político de grandes transformações, com o fim da ditadura e com a crise do Estado e da economia hiperinflacionada. Nesse período, de acordo com Alves (2000), o sindicalismo brasileiro caminha na contramão dos sindicatos no resto do mundo, inclusive em relação a alguns países na América Latina como a Argentina. Enquanto nesses países os sindicatos entravam em depressão por falta de participação e por perder poder político, no Brasil vivia-se o que se denominou a década de explosão do sindicalismo.

Com uma atuação política constante, a CUT procurou na década de 1980, firmar um projeto de organização e ação dos trabalhadores e trabalhadoras, classificado como “sindicalismo defensivo”, mantendo uma postura reivindicatória e que tinha como

⁷ Cf. SILVA, 2000.

principal instrumento de ação e pressão e a greve. Com as mudanças políticas e econômicas ocorridas até o começo dos anos 90, com a implantação do modelo econômico neoliberal, a CUT procurou estabelecer, após o seu IV Congresso realizado em São Paulo, em 1991, uma ação estratégica mais propositiva, elaborando propostas de políticas que poderiam ser discutidas em fóruns que contassem com a presença de representantes não só dos sindicalistas, mas também do governo e do empresariado.

Antes de prosseguirmos, é importante destacar a criação das duas outras maiores Centrais Sindicais brasileiras: a CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras e a FS – Força Sindical.

A Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT⁸, segundo informações em seu site, é uma sigla histórica, datando de 1929, quando foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras Brasileiros passando por mudanças, em 1945, passou a Confederação Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras; em 1962, para Comando Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras (esmagado pelo golpe de 1964); em 1986, para Central Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras (início da reestruturação) e 1988, para Confederação Geral dos Trabalhadores e trabalhadoras.

A CGT, hoje abrange todo território brasileiro, com filiais em 21 Estados e conta com 1.056 entidades sindicais, filiadas que representam 8.669.000 trabalhadores e trabalhadoras (dos quais 30% são sindicalizados, o que corresponde a 2.600.000 filiados), representados por: 1.017 sindicatos de base; 04 confederações nacionais e 35 federações nacionais /regionais e estaduais

A Força Sindical⁹, segundo informações em seu site, foi criada em 1991 a partir de Congresso em São Paulo, surge a partir de críticas ao sindicalismo em curso no Brasil. De um lado, a crítica recaía sobre um sindicalismo de “radicalismo estéril”¹⁰ (crítica, em especial, à CUT) e, por outro, sobre um sindicalismo de “conformismo paralisante”. A superação dessas formas de sindicalismo seria possível na medida que se lançasse “o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros à modernidade, para construir

⁸ Site: www.cgt.org.br

⁹ Site: www.forçasindical.org.br

¹⁰ A referência base das informações sobre a Força Sindical foi o *site* da Central.

uma central forte, capaz de endurecer quando preciso, mas também de saber negociar, autônoma, livre, pluralista, aberta ao debate interno e com a sociedade”.

A Força Sindical passou, então, a empreender esforços no sentido de pragmatizar as lutas com “conquistas reais para os trabalhadores e trabalhadoras”. O Centro de Solidariedade ao (a) trabalhador (a), a Qualificação Profissional, o “1º de Maio pelo Emprego” em 1998, e o “1º de Maio pelo Brasil – por Emprego, Educação e Qualificação Profissional”, em 1999, assim como “a luta pela aposentadoria, pelas grandes reformas – previdenciária, agrária, do judiciário, política, fiscal e sindical e pela flexibilização das leis trabalhistas – dando-se status à negociação livre entre empregadores e empregados com o apoio dos sindicatos e das centrais”, foram resultados dessa forma de se construir e de se fazer sindicalismo. A Força Sindical se assenta sobre um discurso que acentua o moderno, a pluralidade e a democracia.

*

Mesmo que o processo de surgimento e desenvolvimento do “novo sindicalismo” *“não tenha sido suficiente para desmontar totalmente a estrutura sindical corporativa erigida desde os anos 30, tendo em vista que suas bases fundamentais – como o imposto sindical, o monopólio da representação pelo sindicato, o princípio da unicidade sindical e a estrutura confederativa – foram mantidas, ele permitiu um significativo aumento da liberdade de organização e ação sindical. Na verdade, embora a proposta pela qual os setores de ponta do sindicalismo vinham lutando ao longo de todos esses anos – de superação da estrutura sindical corporativa e de sua substituição por uma institucionalidade sindical democrática, baseada no contrato coletivo de trabalho – tivesse sido derrotada pelo empresariado e pelos setores mais conservadores do próprio movimento sindical, suas lutas deixaram marcas”*¹¹ profundas.

Pode-se afirmar, nesse sentido, *“que o movimento sindical brasileiro esteve na contramão da tendência histórica predominante durante a década de 1980, ao conquistar uma*

¹¹ LEITE, 1997, p. 17.

*capacidade de intervenção política inédita na história do país, quando, em nível internacional, os sindicatos viviam um processo generalizado de enfraquecimento*¹².

Essa resistência dos trabalhadores e trabalhadoras ia de encontro às políticas de exploração do trabalho estabelecidas pelo capital industrial brasileiro da época, que se utilizava dos baixos salários pagos ao operariado como principal elemento da competitividade da indústria nacional. Com isso, conseguia colocar seus produtos no mercado a um preço menor que os internacionais. O aumento de salário requerido pelos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, não era visto como um *bom negócio* para o capital.

Apesar do crescimento e da força do movimento operário dessa época, a classe trabalhadora, sobretudo o operariado fabril dos anos 80, começava a sofrer as transformações nas relações de trabalho e de produção que sinalizavam para transformações que iriam reestruturar o processo produtivo fabril. Essa reestruturação tinha como um de seus principais aspectos a inserção de novas tecnologias que visavam à diminuição quantitativa da exploração da força de trabalho e a verticalização da exploração qualitativa, tornando-se um dos elementos mais importantes da constituição da hegemonia do capital sobre o trabalho nos anos 80 e 90 do século XX.

Essa reestruturação produtiva do capital que começava a se desenhar no Brasil nos anos 80 e que já estava a pleno vapor nos países de centro da economia capitalista, vinha a reordenar a organização e a gestão da produção fabril que até então estava montada totalmente nos moldes do esquema de produção *taylorista/fordista*. Nesse modelo o descontentamento e a organização dos operários era crescente, colocando em risco o processo de acumulação e reprodução do capital.

Para os capitalistas, esse era o começo da implantação da acumulação flexível baseada no *toyotismo*, organização do processo produtivo criada no Japão e exportada como modelo para os demais países capitalistas, e que ganharia força no Brasil a partir dos anos 90, com a abertura e a liberalização da economia realizada por Fernando Collor de Mello.

Esse novo arranjo do capital encontra ainda uma força de trabalho organizada, que procurava fazer resistência à ação avassaladora do capital. Uma das formas de resistência

¹² LEITE, 1997, p. 17.

foi à proposição da instalação das Comissões de Fábrica e a intervenção sindical no processo de decisão da inserção de novas tecnologias no processo produtivo, procurando minimizar os danos e os prejuízos que o operariado sofreria com esse novo modelo de produção. Mas, o ritmo de instalação das novas tecnologias foi bastante forte e agravado pela falta de condição e de tempo que os trabalhadores e trabalhadoras tinham para se contrapor a esse movimento. É que, se esse movimento seguiu um processo temporalmente mais lento nos países de primeiro mundo, possibilitando a luta dos trabalhadores e trabalhadoras concomitantemente às transformações, no Brasil as transformações aconteceram rapidamente, com a reformulação tecnológica de parques industriais em pouquíssimo tempo.

Devemos lembrar que, o período de 1980 a 1990, é marcado pelo fim da ditadura militar (1985), e pela instalação de um governo civil proclamada como a *retomada* da democracia no Brasil. Por outro lado, a década foi também um período de inflação muito alta e de recessão econômica com aumento do desemprego, fatores que colaboraram para uma diminuição das ações reivindicatórias dos trabalhadores e trabalhadoras que se viam pressionados pelo crescente desemprego estrutural.

Um dos mais importantes fatos desse momento foi, sem dúvida, o processo eleitoral que elegeria, pelo voto direto, o novo presidente do Brasil. Em 1989 tivemos o enfrentamento, no segundo turno, de duas frentes bastante diferentes. Uma que tinha como candidato Luís Inácio “Lula” da Silva, ex-líder operário e um dos fundadores do PT, que contava com o apoio de uma ampla gama de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos e demais organizações; do outro lado, era candidato Fernando Collor de Melo, *fantoche* criado pela burguesia e pelo poder político conservador e demais larápios nacionais, com amplo e irrestrito apoio da imprensa nacional (leia-se *Rede Globo*).

O desfecho não poderia ser pior: Fernando Collor de Melo é eleito presidente com o discurso da necessidade da abertura econômica. Implanta uma política de importação de bens de consumo e de produção, dando os primeiros retoques para liberalização da economia ao iniciar o processo de privatização das empresas estatais brasileiras. Dois anos depois tem o mandato cassado por corrupção. Mas o estrago já estava feito.

O processo de abertura da economia brasileira seguiu tornando-se mais agudo com os governos posteriores. É claro que os prejuízos desse processo foram transferidos para a classe trabalhadora, que mais uma vez se viu arcando com o ônus necessário a ser pago para o “bom desempenho” dos indicadores da economia nacional, agora na era da mundialização dos capitais.

Nesse sentido, a situação do movimento operário muda significativamente com a chegada dos anos 90. *“A política econômica neoliberal inaugurada pelo governo Collor em 1990 jogou o país numa profunda crise recessiva, aumentando de maneira extremamente rápida os níveis de desemprego no país, ao mesmo tempo em que, ao abrir abruptamente a economia brasileira, forçou as empresas a acelerar seus processos de reestruturação produtiva, gerando novos desafios para os quais o movimento sindical, de maneira geral, não se encontrava preparado”*¹³.

A partir de 1994, com a eleição do Presidente, Fernando Henrique Cardoso, a política adotada foi a de continuidade da implementação das políticas neoliberais iniciadas por Fernando Collor de Melo, com o governo se empenhado em seguir amplamente a “cartilha” do Fundo Monetário Internacional, privatizando as empresas estatais, diminuindo gastos na esfera social e contribuindo na soma das transformações estruturais do processo de produção capitalista em nível mundial. Com as dificuldades políticas e econômicas conjunturais locais, tem-se um aumento da miserabilidade de grande parcela da população brasileira.

Neste novo contexto de reestruturação do capital mundial, houve um número crescente de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros vivendo o drama do desemprego, um fenômeno que afetou e afeta, sobretudo as regiões de grandes indústrias, como a automobilística. Mas, que tem reflexos, também, noutras regiões e setores do país devido à implantação de políticas econômicas que abrem o mercado brasileiro para produtos externos, diminuindo o consumo de produtos internos e desencadeando um processo gerador de mais desemprego. Conseqüentemente, mais trabalhadores e trabalhadoras buscam na informalidade formas de ocupação.

¹³ LEITE, 1997, pp. 17-18.

A implementação pelo governo federal de um modelo político econômico centrado no neoliberalismo, tornou a relação entre capital e trabalho mais injusta no Brasil, favorecendo sobremaneira o primeiro. Montado no discurso de geração de postos de trabalho, as ações do governo FHC procurou estimular o surgimento de relações de produção, que se contrapunham às Leis Trabalhistas vigentes. Com a criação de contratos temporários que deixaram o trabalhador e a trabalhadora desprovidos de qualquer direito, impedindo que este tivesse qualquer benefício estipulado por Lei. Isso acabou barateando o custo do Trabalho para o Capital.

As transformações do modo capitalista de produção têm se realizado no Brasil com mais força no âmbito da implantação de políticas de cunho neoliberal e procuraram, dentre outras ações, acabar com os “entraves” gerados pelas leis trabalhistas na relação Capital/Trabalho, garantindo às empresas maior *flexibilidade* no uso e desuso da força de trabalho, sem impedimento legal e reduzindo a contestação no campo institucional formal por parte dos sindicatos.

As ações das instituições governamentais revelaram a face intervencionista das instâncias burocráticas do Estado, que de acordo com os *princípios liberais* não deveria intervir no movimento do mercado, mas o faz, desde que seja para utilizar o poder político institucional para a otimização das condições de reprodução do Capital.

Nesse período, ficou evidente uma outra contradição na forma de atuação do Estado, no trato das questões relativas ao Trabalho e à economia informal. Enquanto o discurso oficial pregava a regularização e a regulamentação dos trabalhadores e trabalhadoras e das transações econômicas informais, o discurso ideológico que sustentava as ações governamentais estava fundado no liberalismo econômico, que tem como diretriz a *desregulamentação*, que precariza o emprego e, conseqüentemente, reduz o poder de luta organizada da classe trabalhadora, se refletindo no esvaziamento dos sindicatos.

Desta forma, tornou-se crescente o desemprego, o que colabora para a degradação das condições de trabalho daqueles que continuam formalmente empregados. Os que continuam formalmente empregados passam, neste contexto de *precarização* das

relações de trabalho, a sofrer pressões sobre os seus salários e seus direitos trabalhistas, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal¹⁴.

O fenômeno crescente do desemprego e da precarização do trabalho, longe de serem uma anormalidade pelas forças econômicas e políticas dominantes, são vistos, até pelos discursos oficiais, como *conseqüências naturais* da nova ordem política e econômica estabelecida para a organização e participação dos atores econômicos no mercado capitalista.

Pautado em pressupostos liberais, o governo FHC sempre procurou justificar a aceitação do crescimento contínuo da *precarização* das relações de trabalho alimentando uma política de desregulamentação do mercado, como forma de evitar o aumento do desemprego, que de outra maneira só poderia ser conseguido com o crescimento econômico. Neste sentido, os pronunciamentos e as atitudes tomadas pelo governo, foram de estimular a *informalidade* e a *precarização* do trabalho. Esse fato pode ser constatado se analisarmos os projetos que visavam modificações nas leis que regiam os contratos de trabalho, ou que permitiam que houvesse contratos de trabalho que não atendessem aos princípios da legislação, estimulando a ampliação das condições para o aproveitamento e exploração da força de trabalho, contando muitas vezes com a participação de algumas organizações sindicais.

Desta forma, fica evidente o desmonte do já insuficiente aparato institucional de proteção ao trabalhador e a trabalhadora, frente à “intempéries” do mercado e das investidas extremas de espoliação dos empregadores.

Esta situação demonstra o poder de influência da classe dominante sobre os aparelhos do Estado, que se reconfiguram modificando a legislação ou mesmo desobedecendo-a, para melhor colaborar com o atual contexto organizativo do Capital. O mesmo Estado que em outros momentos procurou mostrar-se como mediador ou imparcial frente ao confronto Capital X Trabalho, corrobora sem disfarce à sua vinculação com o Capital.

Assim, é no crescimento do desemprego, do trabalho informal, da desregulamentação e do desmantelamento do aparato institucional que garantia alguns direitos básicos à classe trabalhadora, que se mostra o desgaste e a fragilidade das atuais formas de organização

¹⁴ Cf. SINGER, 1998.

dos trabalhadores e trabalhadoras, que são em sua maior parte sindicatos que organizam, representam e defendem os direitos de determinada categoria¹⁵.

Combinada a terceirização ao desemprego, a *precarização* torna-se um elemento corrosivo da base sob a qual se assenta a legitimidade e representação dos sindicatos, que por serem reconhecidamente institucionais trabalham dentro de normas que não permitem, ou não tornam interessante, organizar os trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do mercado de trabalho formal, seja pelo desemprego ou pela informalidade.

Como instituição, os sindicatos, estão fracionados para representar as diferentes categorias, organizando, em tese, estes trabalhadores e trabalhadoras, também legalmente contratados como uma força conjunta frente ao capital. Logicamente, temos que considerar a fragmentação existente entre os sindicatos instituídos de acordo com a categoria de trabalho, pois como sabemos os sindicatos acabam por representar um fragmento da classe trabalhadora, uma categoria específica e não a todos os trabalhadores e trabalhadoras. Esta fragmentação colabora para que os problemas enfrentados por determinada categoria que cumpre sua função na divisão social do trabalho, pareça não dizer respeito a outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras, o que tem impedido por vezes a participação conjunta de toda a classe trabalhadora em suas reivindicações.

E por estar organizado política e estruturalmente desta forma fragmentada e institucionalizada, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, é que os sindicatos perdem atualmente o seu poder de representação. Com o aumento do desemprego e da informalidade do trabalho tem uma diminuição considerável de sua base de representação, já que os desempregados e os trabalhadores e trabalhadoras precarizados, informais, estão fora da sua área de atuação legal. No aumento da informalidade e de seus efeitos sobre os sindicatos, a representatividade sindical é corroída à medida que sua pretensão de falar pelo mundo do trabalho ou ao menos de sua parcela majoritária torna-se crescentemente insustentável.

¹⁵ Atualmente os sindicatos têm lutado muito mais para a manutenção do emprego do que por melhorias nas condições de trabalho e de salário, como acontece atualmente com os metalúrgicos do ABC. Há uma preocupação maior em reintegrar o desempregado ao mercado de trabalho, e não um projeto de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para o enfrentamento da atual política econômica.

A diminuição da participação dos trabalhadores e trabalhadoras nos sindicatos, pelos motivos aqui apontados, somada à insegurança no emprego gerada pela reestruturação produtiva, que tem no avanço tecnológico uma maneira de poupar quantitativamente a força de trabalho, leva, com o enfraquecimento da entidade representativa, a maior exposição de algumas categorias de trabalhadores e trabalhadoras às investidas dos capitalistas no sentido de diminuir o custo do trabalho, sobretudo no que diz respeito aos direitos trabalhistas conquistados através da luta organizada.

Todo esse novo contexto, como não poderia deixar de ser, tem se refletido nas atuações dos sindicatos, ou no *não-enfrentamento* por parte destes das atuais condições de exploração do trabalho. As greves, em grande medida, têm deixado de ser um instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras frente ao Capital para passar a realizar ações, como temos visto nos últimos anos, de manutenção de empregos e de alguns dos direitos conquistados historicamente.

*

Necessário se faz, ainda, apresentar com maior profundidade a atuação da CUT nas décadas de 1980 e 1990, principalmente em relação às greves.

O sindicalismo do Brasil nos anos 80 inovava nas suas reivindicações pela criação das comissões de fábrica e desafiava o capital, que procurava a manutenção do controle sobre o trabalho no lugar da produção, colocando em questão o controle exercido durante todo período de implantação do capitalismo industrial no Brasil.

A CUT, composta nesse período pelas correntes sindicais mais ativas, teve grande expressividade no movimento operário dos anos 80, organizando as greves gerais em oposição às políticas adotadas pelo governo brasileiro. Adotava uma postura oposicionista franca e direta de maneira a construir uma estratégia sindical combativa em relação à política pró-monopolistas, pró-imperialistas e pró-latifundiária do governo.

As greves gerais arquitetadas pela CUT resultaram em fortes movimentos de contestação e foram de grande importância política, enquanto forma de organização unificada dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao todo foram quatro greves gerais nesse período. A primeira acontece em 1983, em pleno regime militar e protestava contra um decreto que

modificava a política salarial, tendo a participação de dois a três milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A segunda aconteceu em 1986, em protesto contra o Plano Cruzado II, particularmente contra o fim do congelamento de preços. A terceira greve geral comandada pela CUT realizou-se em 1987, contrapondo-se ao Plano Bresser e que tinha como motivação as modificações nas políticas salariais, mas o movimento dava também ênfase a palavras de ordem como: não ao pagamento da dívida externa, reforma agrária, semana de quarenta horas e estabilidade de emprego. A quarta greve aconteceu em 1989, protestando contra mais um plano de estabilização do governo, o Plano Verão, que modificava a política de indexação dos salários; o número de grevistas nesta greve dobrou em relação à de 1987, chegando a vinte milhões de trabalhadores e trabalhadoras¹⁶.

Essa última greve também contou com a participação ativa de vários setores: os metalúrgicos e trabalhadores e trabalhadoras da indústria automobilística e química, os petroleiros, os professores da rede pública de ensino federal e estadual, entre outros. A principal característica da greve foi a de ser uma reação ofensiva da classe trabalhadora brasileira no sentido de se contrapor às investidas do capital e conquistar direitos para a classe trabalhadora, que nesse período também sofria as consequências das ações políticas e econômicas comandadas pelo governo, que visavam dar maior espaço e criar melhores condições para o desenvolvimento capitalista no Brasil¹⁷.

É justamente no período dos anos 80, que o surto de reestruturação produtiva no Brasil sofre um novo avanço, de maneira a incorporar as novas tecnologias nos processos produtivos e implementar novas formas de gestão e controle da produção baseadas, sobretudo, nas técnicas utilizadas nas fábricas japonesas e que correspondiam melhor as vontades do capital internacional.

A partir dos anos 90, a luta sindical, e logicamente a CUT, participam de um novo contexto histórico e social no Brasil. Com a vitória de Fernando Collor de Mello nas urnas e pelo voto popular, é eleito também um projeto neoliberal para a política econômica brasileira. Um projeto que visava criar as condições para instauração do neoliberalismo e que, mesmo com a saída vergonhosa de Collor via *Impeachment*, continuou a ser orquestrada pelos seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

¹⁶ Cf. BOITO, 1999.

¹⁷ Cf. ALVES, 2000.

A abertura da economia para o capital estrangeiro, o aumento das importações, o desmantelamento do parque industrial nacional e o crescimento da miséria e do desemprego, são produtos conhecidos e visíveis desse processo de liberalização da economia. Tais fatores, somados à reestruturação do processo produtivo com base na aplicação de novas tecnologias, tem colaborado para a precarização das relações de trabalho no Brasil e, conseqüentemente, para o enfraquecimento das formas organizativas e de luta da classe trabalhadora. As greves deste período foram muito mais na busca de manter os direitos sociais conquistados historicamente, ou na intenção de manter os empregos existentes, do que movimentos de reivindicação e de tomada de controle do processo produtivo ou de contestação ideológica.

Essa crise da organização sindical brasileira acabou por colaborar para a instauração do novo modelo político e de acumulação, pois, o sindicalismo classista e unificado que havia sido obstáculo durante os anos 80, nos anos 90 desarticula-se e se torna debilitado em sua capacidade de movimentação e organização da classe trabalhadora, o que permitiu uma investida mais dura do capital sobre os trabalhadores e trabalhadoras, apoiado pelas políticas do governo nacional que estimulou e legalizou a precarização das relações de trabalho.

Questões para discussão

1. A partir do texto e de outras leituras, como podemos definir a prática repressiva dos governos militares frente aos movimentos sociais e, em particular, ao movimento sindical?
2. O que significou o “novo sindicalismo” que desponta no Brasil a partir das greves de 1978? Quais as principais diferenças que apresentava frente ao sindicalismo anterior?
3. Qual o contexto de surgimento da CUT e suas bases de atuação nas décadas de 80 e 90?
4. Qual foi papel das greves na estruturação e no desenrolar do “novo sindicalismo”?
5. A partir das considerações sobre a origem do PT, é possível a relação do *pensar* e do *fazer* o movimento sindical com o *pensar* e o *fazer* da luta político-partidária? Por quê?
6. Como se processou, no Brasil, a reestruturação produtiva capitalista que inicia na virada da década de 80 para 90 (a chamada política econômica neoliberal)?
7. Como que as políticas econômicas neoliberais buscaram e buscam minar a ação dos sindicatos?
8. Como se posiciona o governo brasileiro diante da reestruturação produtiva capitalista? Como o Estado se apresenta frente ao conflito entre Capital e Trabalho? Explique.